

Exmº Senhor

Sua Referência / Your Reference

Sua Comunicação / Your
Communic.

Nossa Referência / Our Reference

Lisboa

Procedimento Nº **49/PE/20**
DPC/AE/ PROC. **15.39.01**

ASSUNTO: Empreitada de conclusão da Requalificação da Cobertura do Observatório Astronómico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa

Convida-se essa empresa a apresentar proposta para a adjudicação da empreitada referida em epígrafe.

1. **Entidade adjudicante:** Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1649-004 Lisboa – Portugal, telefone 21 044 34 24.
2. **Decisão de contratar:** A decisão de contratar foi tomada pelo Reitor da Universidade de Lisboa, no uso da sua competência.
3. **Tipo de contrato:** Contrato de empreitada de obras públicas, nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 16 do DL 18/2008, de 29 de janeiro, incluindo todas as alterações entretanto publicadas (CCP).
4. **Fundamento da escolha de consulta prévia:** ao abrigo da alínea c) do artigo 19º do CCP.
5. **Preço base do concurso** (sem IVA): 96.700,00€
6. **Preço anormalmente baixo** (sem IVA): É considerado preço anormalmente baixo, o preço total igual ou inferior, em mais de 15%, à média aritmética do valor das propostas apresentadas no concurso, não entrando para o cálculo dessa média, exceto se o número de propostas admitidas for igual ou inferior a cinco, a proposta de mais elevado e a de mais baixo preço.
7. **Prazo máximo para a execução de todos os trabalhos:** 120 dias corridos.
8. **Peças constantes do procedimento:** Do processo fazem parte o presente ofício convite, o projeto de execução, o mapa de trabalhos (Mapa da ACINGOV), o caderno de encargos, o plano de segurança e saúde e o plano de prevenção e gestão de resíduos

da construção e demolição.

- 9. Classificação da obra conforme previsto no artigo 11º do anexo I e no anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho:** A obra a construir insere-se, na globalidade, na categoria II.
- 10. Documentos que constituem a proposta:** os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e são os seguintes:
- 10.1** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada nos termos do **anexo I do CCP** a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - 10.2** Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - 10.3** Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução (Mapa de Quantidades de Trabalho da plataforma eletrónica ACINGOV);
 - 10.4** Declaração indicativa do prazo de execução da empreitada;
 - 10.5** Programa de execução dos trabalhos constituído por Plano de trabalhos tal como definido no artigo 361.º do CCP, Plano de mão-de-obra, Plano de equipamentos e Plano de pagamentos;
 - 10.6** Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra, incluindo análise global da mesma e os locais onde esta irá decorrer;
 - 10.7** Declaração do concorrente a indicar os preços parciais dos trabalhos da proposta que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nas declarações emitidas pelo IMPIC, I.P., para efeitos da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações.
 - 10.8** Alvarás ou Certificados emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), que deverão conter as seguintes habilitações:
 - 10.8.1 Subcategoria** em classe que cubra o valor global da empreitada, respeitante aos trabalhos mais expressivos da mesma (Artigo 8.º Adequação das habilitações da Lei 41/2015) que são: **Reparações e tratamentos superficiais em estruturas metálicas**
 - 10.8.2 Deverão**, ainda, ser apresentadas as seguintes habilitações em classe

correspondente ao valor dos trabalhos a que se referem:

1ª Categoria — Edifícios e património construído:

3ª Subcategoria – Estruturas de madeira

4ª Subcategoria – Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias

5ª Subcategoria - Estuques, pinturas e outros revestimentos

6ª Subcategoria - Carpintarias

7ª Subcategoria - Trabalhos em perfis não estruturais

10ª Subcategoria – Restauro de bens imóveis histórico-artísticos

5ª Categoria — Outros trabalhos:

9ª Subcategoria – Reparações e tratamentos superficiais em estruturas metálicas.

11ª Subcategoria – Impermeabilizações e isolamentos

12ª Subcategoria – Andaimes e outras estruturas provisórias

10.8.3 Apresentação, se for o caso, de:

10.8.3.1 Declaração do concorrente que mencione os subempreiteiros e os correspondentes contratos de subempreitada;

10.8.3.2 Alvarás ou certificados da titularidade das respetivas habilitações destes subcontratados;

10.8.3.3 Declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

11. Documentos de habilitação: Os documentos de habilitação são os legalmente exigíveis, designadamente:

11.1 Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** do Código dos Contratos Públicos;

11.2 Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;

11.3 Certidão da Conservatória do Registo Comercial do adjudicatário;

11.4 Numero de Identificação Fiscal do adjudicatário;

11.5 Indicação do(s) representante(s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato, com indicação dos números de Cartão de Cidadão e Identificação Fiscal,

com posterior apresentação de documento comprovativo em sede de assinatura do mesmo;

11.6 Ainda, verificando-se a situação de subcontratação, relativamente aos subcontratados cuja declaração de subcontratação foi apresentada em sede de apresentação de proposta no presente procedimento. o adjudicatário deve apresentar:

11.6.1 Contratos de subempreitadas;

11.6.2 Documentos atrás referidos de **11.1 a 11.5**.

12. Modo e prazo para a apresentação das propostas: a proposta e os documentos que a instruem serão apresentados diretamente na **plataforma eletrónica ACINGOV** (<https://www.acingov.pt/>), até às 23:59h do 7º dia a contar da data da disponibilização do convite na mesma plataforma. Sempre que o prazo definido para apresentação da proposta termine em Sábado, Domingo ou feriado, passará para o dia útil seguinte, à mesma hora.

13. Fórmula de revisão de preços: Os preços da empreitada serão revistos nos termos da legislação aplicável, sendo-lhe aplicável a fórmula **F07** – Reabilitação profunda de edifícios (DL 6/2004, de 6 de Janeiro e no Despacho 1592/2004, de 8 de Janeiro, publicado no DR n.º 19, 2.ª Série, de 23 de Janeiro de 2004).

14. Caução, reforço de caução e modo de prestação

14.1. Caução - O valor da caução é de **5% do preço contratual**. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo Adjudicatário é **10% do preço contratual**.

14.2. Reforço de Caução

14.2.1. Para reforço da caução prestada, com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **5 %** desse pagamento.

14.2.2. A dedução prevista no ponto anterior, **14.2.1**, pode ser substituída por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, por garantia bancária à primeira solicitação ou por seguro-caução, nos termos previstos no ponto **14.3**. do presente convite.

14.3. Modo de prestação – a caução e o reforço de caução, serão prestados por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário e de

acordo com os modelos constantes dos anexos I e II do presente convite e nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

15. Prazos mínimos de garantia:

15.1. Elementos construtivos estruturais: 10 anos

15.2. Elementos construtivos não estruturais ou instalação técnica: 5 anos

15.3. Equipamentos afetos à obra mas dela autonomizáveis: 2 anos

16. Liberação dos valores retidos: Os valores retidos para efeitos do ponto anterior, serão liberados nos termos do CCP e restante legislação aplicável.

17. Negociação: As propostas apresentadas não serão objecto de negociação.

18. Critério de adjudicação: O critério de adjudicação fixado é o da **proposta economicamente mais vantajosa** determinada pela modalidade de **avaliação do preço**, enquanto **único aspeto de execução do contrato a celebrar**, de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP.

19. Critério de desempate – Em caso de empate, será adjudicada a proposta que resultar de sorteio a realizar na presença do júri.

20. Validade das propostas: As propostas são válidas por **180 dias** contados da data limite para a sua entrega.

21. Prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação: **10 dias úteis** a contar da data da notificação da adjudicação.

22. Se for o caso, o **prazo para a confirmação**, pelo adjudicatário, **dos compromissos assumidos** por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta: **10 dias úteis** a contar da data da notificação da adjudicação.

23. Prazo para prestação da caução pelo adjudicatário: **10 dias úteis** a contar da data da notificação da adjudicação.

24. Prazo a conceder para a supressão de irregularidades detectadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º: **5 dias úteis** a contar da notificação.

25. Prazo para a aceitação da minuta do contrato, pelo adjudicatário: A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **2 dias úteis** subsequentes à respetiva notificação.

26. Legislação aplicável: Em tudo o omissso no processo do presente procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, Decreto Lei 18/2008, de 29 de Janeiro com todas as suas alterações introduzidas e restante legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

António Cruz Serra
Reitor da Universidade de Lisboa

FF/AE

ANEXOS

ANEXO I

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (Adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessa), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo (s) garantido (s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia/seguro-caução (eliminar o que não interessar) corresponde a% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia/seguro-caução (eliminar o que não interessar) permanece válida(o) até que seja expressamente autorizada(o) a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada(o) ou alterada(o) sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

A presente garantia rege-se pelo direito português e o Tribunal administrativo do Círculo de Lisboa é o competente para dirimir quaisquer questões relativas à mesma, com a expressa renúncia a qualquer outro.

[Data e assinaturas do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO II

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

€ _____ (.....)

....., residente (ou com escritório) em, na (Rua, Av., etc.), depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso em moeda corrente), (em dinheiro ou representada por),, como depósito exigido pela sua qualidade de Adjudicatário na execução da empreitada(identificação do procedimento), para os efeitos do n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem da (Entidade Adjudicante), sita na, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data:/...../.....

Local:

Assinatura: